

## Gênero, feminilidade e internet: uma aproximação<sup>1</sup>

Márcia Bernardes<sup>2</sup>

### Resumo

Nos últimos anos, significativas mudanças nas relações sociais, no acesso, consumo, produção e distribuição da informação, fomentadas pelos avanços tecnológicos, se refletem nas práticas sociais e culturais da sociedade. Essas alterações disponibilizam diversas formas de sociabilidade e contribuem para repensar as relações sociais e as construções identitárias dos atores sociais, incluídas aí as questões de gênero e feminilidade. A proposta desse artigo é uma aproximação dessas questões, pensadas a partir do contexto social proporcionado pelas tecnologias, em especial pela internet e pelas redes digitais. O presente trabalho reflete apontamentos iniciais, importantes para o desenvolvimento da pesquisa proposta para o doutorado em comunicação (2013-2017), que visa a pensar a relação entre feminismo, movimentos sociais e a internet, com foco nas mulheres atrizes sociais dos movimentos.

### Palavras-chave

Gênero; internet; sociabilidade.

### Introdução

O presente artigo busca realizar uma aproximação inicial das questões de gênero e feminilidade e o contexto proporcionado pelas tecnologias, em especial a internet e as redes digitais. O trabalho se insere em uma pesquisa mais abrangente, proposta para o doutorado em Ciências da Comunicação (realizado na Unisinos – RS), que teve seu início em março de 2013 e o término previsto para o ano de 2017. Dessa forma, esse artigo apresenta um estudo de caráter exploratório, propondo reflexões iniciais a partir de revisão bibliográfica e do tensionamento entre as questões que se pretende analisar.

### Perspectivas de gênero: feminilidade e corpo

<sup>1</sup> Artigo apresentado no Eixo 7 – Redes Sociais na Internet e Sociabilidade online do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura realizado de 20 a 22 de novembro de 2013.

<sup>2</sup> Jornalista. Doutoranda em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (RS).

O conceito de gênero ganha força a partir do movimento feminista na década de 60. Nesse período, apesar de os espaços tradicionais de expressão política continuarem fechados às mulheres, elas se organizaram em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta de imediato que as constituía enquanto sujeitos coletivos e políticos (MATOS, 1997).

Saffioti (1987) destaca que o marco para a produção intelectual feminista foi o ano de 1975, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. A autora refere as influências de obras estrangeiras que, apesar de poucas, se fizeram presentes, citando Simone de Beauvoir (1949 e 1961), Guilbert (1966), Friedan (1960) e Mirdal e Klein (1969) e ressalta que, no Brasil, a produção dos primeiros estudos sobre a mulher teve nela própria (1962), em Rose Marie Muraro (1966) e Berlinck (1964) as pioneiras nos até então denominados “estudos da mulher”. Esses estudos buscavam dar maior visibilidade à mulher como sujeito social.

Mas gênero como categoria de análise emergiu do trabalho realizado por um grupo de estudiosas feministas da Universidade de Sussex, na Inglaterra, durante a década de 1970, segundo Carreira, Menchu e Moreira (2001). As pesquisadoras inglesas constataram que a desvalorização da mulher em relação ao homem é um fenômeno verificável ao longo da história em quase todas as partes do mundo. Elas analisaram como as pessoas são formadas para desenvolverem comportamentos diferenciados pelo fato de terem nascido homem ou mulher. Concluíram que não se tratava de se fixarem apenas no “problema da mulher”, mas de focar as relações sociais de gênero, ou seja, as relações sociais que a sociedade constrói, transmitidas de geração em geração (por diversos meios, como a mídia, por exemplo), e que cristalizam papéis diferenciados para homens e mulheres, possibilitando a desigualdade social entre os sexos.

Joan Scott (1995), historiadora norte-americana, afirma que inicialmente esse conhecimento na ótica de gênero é marcado por um pensamento plural, de diferentes concepções, sendo pioneiras as teorias marxistas e psicanalíticas<sup>3</sup>. O conceito de gênero

<sup>3</sup> Joan Scott faz um resgate histórico do conceito de gênero e afirma que a utilização de teorias marxistas ou psicanalíticas revela a formação ou o “lugar de fala” das primeiras abordagens sobre gênero. Segundo a autora, as feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas qualquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero, limitou ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. Tanto nas análises que propõem uma solução baseada nos chamados sistemas duais (compostos de dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, separados mas em interação), como naquelas que se apóiam mais firmemente nos debates marxistas ortodoxos sobre modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros é

de Scott indica construções culturais, ou seja, a criação de papéis adequados que devem ser desempenhados por homens ou mulheres. Nesse sentido, chama a atenção o fato de Scott definir gênero como uma forma de ordenar o mundo, que atravessa todas as relações sociais, compõe idéias e estruturas e, a partir dos significados atribuídos, exerce um constante jogo de forças (uma disputa de poder) na manutenção ou subversão dos discursos e da organização social. Esse entendimento é compartilhado por Cardoso, que entende que a aquisição cultural, a forma social adquirida por cada sexo por meio do processo de socialização é definida como gênero. E são esses fatores que nortearão o desempenho dos papéis sociais dos sujeitos (CARDOSO, 1997, p. 127 e 128).

Louro (1997) afirma que gênero trata-se de uma categoria de análise social que estuda as relações entre homens e mulheres na sociedade: relações construídas ao longo da história, que mudam continuamente e que se manifestam de formas diferentes, dependendo de cada lugar e época. E Saffioti define que

[...] gênero não se resume a uma categoria de análise [...] também diz respeito a uma categoria histórica [...], regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher. Obviamente, privilegia-se o primeiro tipo de relação, inerente à realidade objetiva com a qual o ser humano depara-se ao nascer (SAFFIOTI, 2000, p. 82).

Para a autora, o gênero é a construção social do masculino e do feminino e a desigualdade entre homens e mulheres não é natural, mas posta pela tradição cultural e pelas estruturas de poder, bem como pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais, onde se inclui a comunicação.

Piscitelli destaca que o conceito de gênero se difundiu fazendo alusão às diferenças e desigualdades que afetam as mulheres e, atualmente, vem adquirindo novos sentidos. Apesar de manter esse caráter político inicial,

---

encontrada fora da divisão sexual do trabalho”. Já as teorias psicanalíticas se distinguem entre a escola anglo-americana - que trabalha dentro dos termos das teorias das relações objetais, de Nancy Chodorow e de Carol Gilligan, que enfoca menos a construção do sujeito do que o desenvolvimento moral e o comportamento – e a escola francesa, que baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, nos termos das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan). Ambas escolas interessam-se pela questão da identidade do sujeito, centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. Nos anos recentes as historiadoras feministas têm sido atraídas por essas teorias ou porque elas permitem fundamentar conclusões particulares para observações gerais, ou porque elas parecem oferecer uma formulação teórica importante no que diz respeito ao gênero. Ver: SCOTT (1995).

nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas [...] (PISCITELLI, 2009, p. 146).

Essa mistura referida por Piscitelli parte do princípio de que os sujeitos são seres sociais. Para Matos, “as abordagens que incorporam a análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos [...] onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas” (MATOS, 2009, p. 288). Ou seja, para a autora, essas abordagens buscam a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, uma vez que existem muitos gêneros, muitos femininos, muitos masculinos e é necessário reconhecer a diferença dentro da diversidade.

Pensar gênero e feminilidade é importante para não perpetuar o binarismo resultante da influência cartesiana que marcou a produção de conhecimento a partir do século XVIII e a dicotomia homem-mulher como a divisão natural dos seres humanos. Essa divisão sexual faz surgir o conceito de gênero, como uma construção social e histórica dos sexos, apontando para a significação cultural desses dois corpos.

Nesse sentido, o sexo seria a faceta biológica, imutável e o gênero seria algo adquirido, derivado das experiências culturais e das representações sociais estabelecidas nas relações (LOURO, 1995). Mas é preciso atentar que o sexo não é dado, imutável, uma vez que é afetado pelas práticas de gênero. Nessa ótica, homens e mulheres recebem culturalmente suas “marcações” distintas, que determinam as formas sociais de comportamento e representação de suas identidades, naturalizando práticas repetidas de diferenciação sexual e criando uma ilusão de que há uma naturalidade na divisão sexual.

Louro (2004) avança nas questões de gênero ao questionar as marcas do corpo que identificam o masculino e o feminino (os órgãos genitais) como as formas primordiais que definem e descrevem os gêneros. Entretanto, segundo a autora, estas marcas são definidas “a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura” (LOURO, 2004, p. 75), o que, para ela, funciona como marcas de poder. Por isso, é preciso questionar a naturalização construída em torno do sexo, necessariamente direcionado para o sexo oposto e as normas regulatórias que legitimam os corpos. Esses são efeitos das relações de poder estabelecidas por processos e práticas discursivas “que

fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos” (LOURO, 2004, p. 80).

Dentro desse contexto, o corpo e a beleza se tornaram fundamentais para a construção da feminilidade. Há um disseminado controle sobre o corpo feminino, com uma vigilância generalizada contra qualquer desvio da normatização criada por essas práticas sociais que determinam o que é ser mulher. Wolf (1992) destaca que, ao longo das últimas décadas, as mulheres conquistaram importantes posições na sociedade, ascendendo ao poder. Porém, paralelamente, a “necessidade artificialmente provocada” (WOLF, 1992) de corresponder a um modelo idealizado de mulher tolhe, de alguma forma, a liberdade e o poder conquistados. É o que a autora denomina *O Mito da Beleza*. Para Wolf, o mito

é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social. [...] a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente (WOLF, 1992 p. 13).

Para a autora, quanto mais espaços sociais são conquistados pelas lutas feministas e de igualdade de gênero, outros tantos espaços são perdidos pela imposição do poder sobre os corpos, pelas rígidas e cruéis normas relacionadas à estética corporal. Wolf relata que o feminismo teve papéis decisivos nos movimentos a favor da igualdade de gênero e que as ações do movimento sempre projetaram reações. Foi, por exemplo, o movimento feminista que pressionou e possibilitou a criação de leis contra a discriminação no trabalho com base no sexo. “Imediatamente, criou-se jurisprudência na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos institucionalizando a discriminação com base na aparência da mulher (WOLF, 1992, p. 13).” Outro exemplo são as feministas que,

inspiradas por Friedan, destruíram o monopólio dos anunciantes de produtos para o lar na imprensa popular feminina. De imediato, as indústrias da dieta e dos cosméticos passaram a ser os novos censores culturais do espaço intelectual das mulheres. Em consequência das suas pressões, a modelo jovem e esquelética tomou o lugar da feliz dona-de-casa como parâmetro da feminilidade bem-sucedida (WOLF, 1992, p. 13).

Da mesma forma, a revolução sexual proporcionou para as mulheres a descoberta da sexualidade, da liberdade sexual e do prazer. E isso acarretou o que a autora denomina “pornografia da beleza” que liga a beleza à sexualidade e que se prolifera e expande por toda a parte. O *Mito da Beleza* trazido por Wolf reforça os estereótipos femininos e aprofunda cada vez mais a diferenciação entre homens e mulheres, caminhando em sentido contrário às lutas e ideais dos movimentos feministas e de gênero.

### **A internet como espaço de reconfiguração social**

Na aproximação das questões de gênero e feminilidade e suas relações com a internet, partimos do entendimento de que as tecnologias da comunicação, em especial a internet<sup>4</sup>, são elementos de reconfiguração da vida social. Por um lado, trouxeram oportunidades para enfrentar os desafios sociais, encurtar distâncias, alterar as relações de tempo e espaço e possibilitar a inclusão, a liberdade de expressão e a participação social; por outro lado, as apropriações das tecnologias por diferentes setores sociais não estão desprovidas de relações de poder, assimetrias e desigualdades que envolvem tensões e disputas em torno de seus usos.

Neste sentido, a internet se torna um espaço central não só para a difusão da informação renovada, como também para a permanente (re)construção das identidades e de práticas sociais. Atualmente, os processos culturais, a produção de sentidos e a construção das identidades sociais estão cada vez mais dependentes do fluxo de materiais simbólicos constituído pela internet. Esses materiais contribuem para a criação de identificações, que são realizadas a partir de critérios de escolha consoantes com as

<sup>4</sup> Internet, nesse estudo, parte do entendimento trazido por Cogo e Brignol (2011) como “um ambiente comunicacional múltiplo e complexo no qual diferem características como [...] a facilidade de acesso à esfera da produção, a convergência midiática, a interatividade e a hipertextualidade”, fatores que as autoras destacam coexistir com “a centralidade de acessos e usos unidirecionais ou pouco participativos” (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 86 e 87).

preferências e gostos dos sujeitos, o que marca a sociabilidade contemporânea, uma forma de interação social. Nesse sentido, Ribeiro e Miranda (2012) trazem reflexões sobre o fato de as relações sociais na contemporaneidade passarem pelos fenômenos comunicacionais, mais destacadamente no que se relaciona com tecnologias digitais e internet, uma vez que esses elementos permitem interação.

Segundo Martín-Barbero (2008), a sociabilidade é uma trama de relações que os sujeitos tecem ao relacionarem-se, e por meio da qual organizam seus processos de constituição como sujeitos e também a constituição de suas identidades. Para Souza e Santos (2009), a sociabilidade não se reduz ao processo de interação e deve ser observada a partir do compartilhamento de ações pelos indivíduos em suas experiências sociais.

Vale ressaltar que o conceito de sociabilidade foi desenvolvido por Simmel (2006), ao afirmar que a sociedade é a interação com outro em uma diversidade de processos. A partir do momento em que o indivíduo está inserido na sociedade, ele desenvolve conteúdos, laços e interesses, em um processo que o autor denomina de *sociação*. E as formas que resultam destes processos ganham vida própria, constituindo a sociabilidade. Para o autor, a sociabilidade é o espaço onde a interação sai das regras formais e entra no âmbito do jogo, da brincadeira, da conversa, da troca e do envolvimento.

[...] “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmo e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade (SIMMEL, 1986, p. 168, grifo do autor)

Sendo assim, a sociabilidade é o estabelecimento de vínculos, de laços, por meio da interação e do estabelecimento de redes. Esses vínculos se relacionam com a questão da identidade, uma vez que refletem práticas, hábitos e constituem elementos de pertencimento e de compartilhamento de uma cultura. A sociabilidade pode ser vista como uma troca, baseada também na comunicação.

Esses fatores são potencializados pelos posicionamentos e interações dos sujeitos em redes. Para Castells (2009), a existência social no mundo pós-moderno

depende de nossa conexão em uma determinada rede<sup>5</sup> que, ao se relacionar com outra rede, constitui uma teia, ou seja, resulta em outras redes de relações. As redes são, conforme o autor, estruturas comunicativas na vida social, nem sempre mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação, que processam fluxos, valores e interesses.

Bernal (2002) salienta que a internet possibilita uma redefinição do espaço público, uma vez que proporciona uma ação política descentralizada, a produção de identidade e a participação democrática. Bernal destaca, ainda, a justaposição desse espaço “simbólico” (a internet) ao espaço público “físico”, congregando uma série de possibilidades de atuação e mobilização para os cidadãos. Como afirma Castells (2005), a emergência de uma nova forma de organização social advém da interação entre essas tecnologias e a organização social em um plano geral, o que resulta na formação de laços, na participação ou na criação de conexões, reforçando o sentido da existência de redes.

As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projecto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. (CASTELLS, 2005, p. 17 e 18).

Cogo e Brignol afirmam que as redes são “estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura” (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 82).

A partir de um enfoque político, Galloway e Thacker (2007) destacam a questão do poder presente nas redes e afirmam que, mesmo supostamente livres e democráticas, as redes são guiadas por protocolos, que são regras e padrões tecnocientíficos que governam as relações dentro das redes. Para os autores, as redes são qualquer sistema de interrelacionamentos, seja biológico ou informático, orgânico ou inorgânico, técnico ou natural (GALLOWAY e THACKER, 2007, p. 28). As redes, segundo Galloway e

<sup>5</sup> Aqui, o sentido de rede não se resume a uma rede tecnológica, como as redes sociais da Internet, mas a um conjunto de atores conectados. Nesse sentido, a rede pode ter natureza biológica, social, econômica, política e/ou também tecnológica.

Thacker, precisam ser pensadas a partir de uma topologia, o que permitiria entender as relações de poder. Ao pensá-la por meio de grafos, só percebemos questões quantitativas, mas não a distribuição da sua arquitetura. Para eles, o fato de a rede ser formada por diversos nós não garante que sua estrutura seja igualitária ou democrática. Com relação a isso, Galloway e Thacker afirmam que é preciso olhar para o modo como a política ou o controle costuram as redes (2007, p. 27).

No entanto, os autores ressaltam que nenhum único indivíduo ou grupo tem o controle absoluto de uma rede, o que dialoga com o que expressam Cogo e Brignol sobre as relações de poder, disputas e hierarquias presentes nas redes. Entendemos que isso se relaciona com o fato de as redes serem estruturas abertas, que tendem a se expandir, gerando novos nós e compartilhamentos, como afirma Castells.

## Gênero e feminilidade na internet e em rede

As questões de rede e o recorte do ponto de vista tecnológico, proposto nesse trabalho requerem uma reflexão sobre a internet e sobre como os fenômenos comunicacionais marcam também as relações sociais de gênero na contemporaneidade a partir desse espaço.

Neely (2012) faz uma interessante reflexão sobre a construção da feminilidade na internet. Segundo a autora, essa construção é marcada pela pornograficação<sup>6</sup> do feminismo. Neely acredita que há uma utopia da diminuição das desigualdades de gênero por meio da internet, uma vez que, o corpóreo ganha cada vez mais força nos espaços online.

Historically feminists lamented the invisibility of women in relation to new technologies, but a cursory look at contemporary representations reveals a startling shift. Undeniably women are represented and self-represented online, but the differences in relation to the representation of the online identities of men are significant. (NEELY, 2012, p. 101)

Tem-se na internet um espaço marcado pela grande possibilidade de visibilidade que, no entanto, é apresentada por uma representação e uma autorrepresentação feminina focada excessivamente no corpo e não no conteúdo em si. Com isso, as mulheres vão enquadrando e prefigurando suas identidades buscando a aquisição de

<sup>6</sup> Pornographication em inglês. Sem tradução literal; traduzido livremente.

uma significação social por meio de uma “máscara de feminilidade; um feminino apropriado e desejável” (NEELY, 2012, p. ??)

Essa pornograficação defendida por Neely seria um indicativo de falha para o atingimento da igualdade de gênero, uma vez que a referência estética e o conteúdo relacionado à pornografia atinge a gama de meios de comunicação, muitas vezes transformando algo relacionado ao sexo e à pornografia em algo normalizado dentro da cultura popular<sup>7</sup>.

The sexualization of the self in relation to popular culture has been written about by a number of writers on post-feminism as a response to the perceived failures of feminism (Levy 2005; McRobbie 2009; Negra 2009). Where feminism has been interpreted as bodily failure (McRobbie 2009: 61), accompanied by a failure to express sexuality and often a decent sense of humor, post-feminist discourse compensates for these lacks with over-sexualized behaviors framed with an ironic knowingness.

What Angela McRobbie terms the “post-feminist masquerade” involves a return to traditional notions of femininity combined with the perception of independence. Citing *Sex and the City* (HBO, 1998–2004) for illustration, McRobbie notes how its representations of female empowerment are often dictated by strict rules of fashion and beauty, modes of regulation that serve to displace traditional forms of patriarchy (McRobbie 2009: 3). (NEELY, 2012, p. 104).

Dessa forma, tem-se um esvaziamento dos conteúdos, marcados principalmente pela criação de uma cultura confessional digital, que estimula o desejo de visibilidade por meio dos recursos tecnológicos (Ribeiro e Miranda, 2012). Ou seja, se, por um lado, a internet possibilita a atuação em rede, a constituição de sociabilidades, de desenvolvimento da cidadania e um espaço de promoção da igualdade e da diversidade, por outro, em uma analogia com os estudos de Markham (2005) e em consonância com as idéias de Neely, ainda é um local que perpetua práticas discursivas, onde os processos de desenvolvimento delimitam os processos de produção de sentido, uma vez que as ações estão inseridas em estruturas ideológicas de poder e que privilegiam e protegem interesses de uma cultura *mainstream*. Para Markham (2005), as práticas comunicacionais cotidianas estruturam relações sociais e instituições com base na ideologia.

Neely afirma que a referência estética e o conteúdo relacionado à pornografia foi apropriado pela cultura dominante e explorada livremente (e levemente) pela

<sup>7</sup> A autora cita, como exemplos, a pole dance, antes relacionada ao sexo comercial e ao programa *Mansão Playboy*, que normaliza o pornô e coloca a marca da *Playboy* inclusive em cadernos escolares.

publicidade, o que faz com que a representação sexualizada das mulheres seja comum e até mesmo aceita (e talvez desejada) por elas. Afinal, ser objeto de desejo seria um sinal de empoderamento.

Essa pornograficação da cultura desemboca na criação ou no reforço de uma cultura masculina, patriarcal e heterossexual dominante, que torna normatizadas falas como a do policial que desencadeou a Marcha das Vadias no Canadá: “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem atacadas”. Outro exemplo recente é a atitude do diretor de teatro Gerald Thomas, que levantou a vestido e colocou a mão entre as pernas da participante do programa Pânico, Nicole Bahls, O diretor, ao justificar sua atitude, disse que a moça “veio se roçando e rebolando”<sup>8</sup> e “a mulher não é objeto, mas não deveria se apresentar como tal”<sup>9</sup>, em um claro reforço à cultura do estupro.

Esse empoderamento, mascarado pela erotização, desmistifica o discurso utópico inicial, segundo Neely, de que a internet é um espaço sem limites para questões de gênero e menos vinculado às distinções binárias. Para a autora, a internet poderia (e pode) avançar para além da representação corporal na questão identitária mas, na realidade, a autorrepresentação das mulheres online não apaga o corpo. E, para além disso, há um controle de como o corpo é representado, de forma que a feminilidade representada seja aceitável na cultura heterossexual masculina dominante. Neely afirma que as contradições nas representações da sexualidade feminina “fortalecida” em espaços online revelam muito sobre as complexidades do envolvimento de mulheres e a representação na cultura online, onde as representações de empoderamento são performances, um disfarce pós-feminista que dá a ilusão de igualdade.

Por outro lado, mesmo que a visibilidade e a participação proporcionadas pela internet não sejam garantias de mais igualdade ou justiça nas relações de gênero, são formas de disseminação das idéias, de multiplicação do alcance das ações e da possibilidade de uma expressão livre em uma efetiva atuação em rede. Nesse sentido, é possível buscar uma representação feminina não marcada pelo corpóreo apropriado e

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/programas/gerald-thomas-sobre-nicole-bahls-veio-se-rocando-e-rebolando.d0baba0b81e0e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/revista-da-tv/meti-mao-na-menina-diz-gerald-thomas-sobre-nicole-bahls-8091253>>. Acesso em 15 mar. 2013.

desejável esteticamente, mas pelo corpo livre, como é a proposta, por exemplo, da Marcha das Vadias<sup>10</sup>, que afirma: meu corpo, minhas regras!

Da mesma forma, proliferam na internet uma diversidade de sites, blogs, tumblrs e outras iniciativas que buscam discutir a feminilidade e as questões de gênero para além do corpóreo. O Cem Homens (cemhomens.com) começou como um blog onde a autora falava de sua vida sexual e da proposta de transar com cem homens em um ano, ultrapassa a questão da liberdade sexual para discutir direitos sobre o corpo e preconceito de gênero. O Escreva Lola Escreva (escrevalolaescreva.blogspot.com), que tem entre os posts mais populares: “CQC anti-amamentação, vai para PQP”, “Meninas adolescentes estupradas? Culpa do fogo delas”, “A evolução das princesas da Disney” e “Estatuto do Nascituro pode calar todas as discussões sobre aborto”. Há também o ativismodesofa.com.br, o machismochatodecadadia.tumblr.com, a Agência Patrícia Galvão (patriciagalvao.org.br), o blogueirasfeministas.com, a Universidade Livre Feminista (feminismo.org.br), os sites de organizações não governamentais, como o Sempreviva Organização Feminista (sof.org.br) e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (cfemea.org.br), o Geledés – Instituto da Mulher Negra (geledes.org), o escritosfeministas.wordpress.com, entre tantos outros...

Vieira, ao estudar as possibilidades do feminismo na era digital, afirma que “na era digital, a comunicação [...] mostra-se como um caminho de reformulação da agenda feminista, batizada por novas estratégias de intervenção política e de atuação, levando em conta outras dinâmicas e a revolução nas formas de expressão [...]” (2012, p. 187). Isso colabora com o pensamento de Castells (2009), para quem a mudança da sociedade resulta da transformação das estruturas e das normas. Para o autor, a possibilidade de difundir idéias, proporcionada pela internet, faz com que se construa um mundo interligado, por onde passam pessoas e experiências se misturam, tecendo o que ele define como imensa colcha de retalhos, ou seja, uma interação entre a sociedade em rede e o poder da identidade nos transforma.

Acreditamos que na internet residem inúmeras possibilidades de avanço para as questões de gênero e feminilidade, incluindo aí a superação do binômio masculino e

<sup>10</sup> A Marcha das Vadias é um movimento iniciado no Canadá, que luta contra a cultura do estupro e a culpabilização da mulher pela violência sexual sofrida. O movimento se multiplicou pelo mundo, com apoio da internet. O movimento acontece em espaços públicos e tem na internet um importante suporte para a mobilização e divulgação de suas atividades.

feminino. Mas, para isso, é preciso fugir das armadilhas impostas pelas normas e convenções sociais, por toda uma prática social e uma produção cultural que direcionam e relacionam o feminismo e o gênero com a estética e com o “anti-homem”. Dessa forma, é possível ocupar os espaços dados, discutir questões importantes e efetivamente disponibilizar informação na tentativa de construir novos olhares e novos modos de agir, considerando as múltiplas identidades, os múltiplos gêneros e toda a diversidade presente na sexualidade.

A sociedade em rede é marcada pelas possibilidades democráticas e livres, pela multiplicação de nós, por permitir uma flexibilidade e temporalidade de mobilização. E, dessa forma, atentar para o que fazer com a capacidade de canalizar a informação sobre o que acontece, onde acontece, o que podemos ver, o que não podemos ver e interagir com todo o conjunto da sociedade. Encontrar na internet, uma das marcas da sociedade em rede, esse espaço plural e apropriar-se dele despindo-se de marcações normativas e superando as disputas de poder é um desafio para comunicadores, movimentos sociais, feministas e cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Nara Maria Batista. Mulher e maus-tratos. In: STREY, Marlene Neves (org.). **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997. p. 127-138.

CARREIRA, Denise; MENCHU, Ajamil; MOREIRA, Tereza (orgs.). Mudando o mundo. **A liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez/Rede Mulher de Educação, 2001.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs.) **A Sociedade em Rede**. Do Conhecimento à Ação Política. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

COGO, Denise. BRIGNOL, Liliane. Redes Sociais e os estudos de recepção na Internet. **Matrizes**. São Paulo. Ano 4, n. 2, p. 75-92, jan./jun. 2011.

GALLOWAY, Alexander; THACKER, Eugene. The exploit: a theory of networks. University of Minnesota Press, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas redes do conceito de gênero**. s/l. 1997. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/redes.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARKHAM, A. Disciplining the future: a critical organizational analysis of internet studies. In: **The Information Society**, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H. S.; FREIRE FILHO, João. (orgs.) **Culturas Juvenis no século XXI.** São Paulo: EDUC, 2008. p. 9-32.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Monica Raisa (org.). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero.** Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 73-91.

NEELY, Sarah. Making bodies visible. Post-feminism and the pornographication of online identities. In: GUNKEL, D. GOURNELOS, T. (ed.). **Transgression 2.0. Media, culture and the politics of the digital age.** NYC: Continuum, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (orgs.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

RIBEIRO, José Carlos; MIRANDA, Taís. Sites de vídeos pornográficos amadores: encenação, midiaticização e exibicionismo do anonimato. **COMPÓS**, 2013. Disponível em: [www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1850.doc](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1850.doc).

SAFFIOTI, Heleieth. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987. p. 105-158.

SAFFIOTI. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, Imesp, v. 13, n.4, set. 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SIMMEL, Georg. La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad. In: **Sociologia.** Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza, 1986 [1896]. p. 741-808.

SIMMEL. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VIEIRA, Vera de Fatima. Comunicação e feminismo. As possibilidades na era digital. TESE de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes (ECA) USP. São Paulo, 2012.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza.** Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/01//370737.pdf>